Trinta milhões não têm acesso a médicos

Zenaide Azeredo

Num país onde bilhões de cruzeiros são recolhidos mensalmente aos cofres públicos somente para a previdência social, 30 milhões de brasileiros ainda não dispõem de qualquer condição de acesso à assistência médica, enquanto outros 30 milhões estão sendo atendidos pelo serviço médico alternativo.

Além disso, como forma de demonstrar a falência do sistema público de saúde, o presidente da Fundação Brasileira de Hospitais, Carlos Eduardo Ferreira, revelou que os 4 mil hospitais da rede privada respondem hoje por 85% de todo atendimento hospitalar efetuado pela Previdência Social, responsabilizando-se ainda por 60% do atendimento ambulatorial e 70% do atendimento a nível de exames complementares.

Pluralismo

Dentro deste quadro caótico, em que a área privada detém ainda 403 mil leitos dos 518 mil existentes em todo País apenas 115 mil são oferecidos pelos hospitais públicos), o presidente da FBH, Carlos Ferreira, disse que somente o pluralismo assistencial "com a convivência harmônica entre as redes hospitalares pública e privada, pode levar à recuperação dos serviços de prestação de saúde".

A situação dos hospitais brasileiros e uma avaliação do sistema
de seguridade social para a recuperação da saúde foi o tema de um debate que, ao reunir no auditório
Nereu Ramos representantes do
governo, presidentes de associações de hospitais e de sistemas alternativos de saúde, mostrou também que o grande anseio do setor
privado — maior fluxo de investimentos para seus hospitais — não
se constitui no único obstáculo para que o entendimento se instale
entre os setores público e privado.

Na verdade, conforme deixou claro o ex-secretário de Saúde do DF, deputado Jofran Frejat, mais que apenas alocar recursos para a rede privada, o que o governo precisa fazer é acabar com a prática de credenciamento de hospitais apenas por interferências políticas, desperdiçando recursos e não atendendo as necessidades da população.

Recursos

A qualidade do atendimento médico, no entanto, não parece ter sido a maior preocupação das 40 autoridades ligadas à área de saúde que, durante todo um dia, debateram o tema "Hospital — Vida ou Morte". Promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e pela Federação Brasileira de Hospitais, o



A imagem do abandono está sempre presente hoje nos hospitais das redes públicas de saúde

fórum serviu para que todos concordassem com o mau atendimento proporcionado à população, sem que, no entanto, qualquer solução concreta tenha sido apresentada.

Recursos, recursos e mais recursos foi o pedido que mais se ouviu ao longo das intermináveis oito horas de discussão dos debatedores.

Assim, o secretário Nacional de Saúde, Ricardo Akel, falando sobre os progressos instituídos na Constituição Federal, analisou o SUS (Sistema Único de Saúde) e salientou que o responsável pelo atendimento ao doente será principalmente o município, através de instituições próprias ou de convênios com serviços de assistência à saúde, privados ou contratados.

Na contramão da história, no entanto, o vice-presidente dos Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde, David Capistrano Filho, defendeu a união do sistema hospitalar público e privado em torno de reivindicações como o aumento de recursos para a saúde, de forma a se conseguir, inclusive, uma maior parcela de arrecadação fiscal da União.

Custos

Na mesma linha de raciocínio — recursos para o SUS ou para os hospitais, em particular —, falaram o presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde, Pedro Ferreira de Mello Filho, o presidente da Federação Nacional de Estabelecimentos de Saúde, Francisco Dellape, e o represen-

tante da Federação das Misericórdias Ivo Arzua Pereira, para quem os custos hospitalares teriam de ser complementados pelos usuários, uma posição igualmente defendida pela Federação Brasileira do Hospitais

de Hospitais.

A o final do fórum, posicionaram-se, de um lado, representantes do governo, prometendo mais recursos (3% do PIB este ano), e os empresários, pedindo mais dinheiro sem que a falência do setor da previdência social chegasse a ser discutida. Não foram sequer analisados os motivos que levaram 30 milhões de brasileiros a procurar os serviços médicos alternativos e nem as razões que marginalizam outros 30 milhões de qualquer atendimento.